

DISCURSO pronunciado na Assembléia Legislativa, em 14 de dezembro de 1936.

O Sr. Carlos Santos — Snr. Presidente, Snrs. Deputados. Estômagos vazios, sem pão, sem dinheiro, sem crédito e sem nada, sentindo já, bem junto às suas toscas choupanas, o gargalhar infernal da ronda negra da fome, algumas dezenas de homens, Snr. Presidente, há mais de mês, declararam-se em greve pacífica, deixaram o serviço, forçados por circunstâncias tão imperiosas quão dolorosas, abandonando o trabalho que executavam na Companhia Americana de Construciones y Pavimento, arrendatários dos serviços de uma pedreira no Capão do Leão.

E' essa a terceira vez que, no prazo de um ano, se regista êste fato, Snrs. Deputados, e sempre pelo mesmo aguilhão, capcioso, sofisticado, misticador, deshumano, e criminoso da Companhia citada — a falta de pagamento dos salários devidos aos seus empregados. Estes, Snr. Presidente, perdendo as últimas impressões da credulidade que lhes mereciam as repetidas e ambíguas promessas dos Diretores da Companhia Argentina, foram, embora agravando mais, a sua já gravíssima situação, ao recurso extremo — a Greve. Há mais de um mês, Snrs. Representantes, a União Sindical de Pelotas, à qual se acham filiados os graniteiros do Capão do Leão, o digno representante alí do Ministério do Trabalho, meu particular amigo Lauro Granja, a Câmara dos Vereadores, a Prefeitura, o Snr. Delegado de Polícia, o seu digno auxiliar, a imprensa, enfim tôda a culta e hospitaleira população de Pelotas, impulsionados pelo profundo espírito de fra-

ternidade e de solidariedade humana que tanto caracterizam os filhos dos pampas, vêm se interessando pela sorte dessa gente humilde e explorada, quer tentando por várias formas a solução do dissídio aberto nas pedreiras, quer atendendo generosamente ao apêlo que lhes foi dirigido no sentido de enviar gêneros alimentícios e dinheiro aos grevistas, auxílio a que se deve não terem ainda sucumbido além dos infelizes operários, as suas mulheres e os seus indefesos filhinhos. E Pelotas, a cidade—Princesa, que orgulhosa da grandeza dos seus filhos se ergue como um templo magestoso de civismo, de Justiça e de Direito, suspenso sob o alicerce indestrutível do valor moral e cultural das suas gerações, uma das quais, a contemporânea, refulge agora na mais alta Assembléia do Rio-Grande-do-Sul, nas figuras inconfundíveis de Simões Lopes Filho e Assunção Júnior.

O Sr. Simões Lopes Filho — Agradecido a V. Exa.

O Sr. Assunção Júnior — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Carlos Santos (Continuando) — Pelotas, Srs. Deputados, na generosidade do amplexo em que envolveu os graniteiros grevistas, proclama a justiça da causa, aplaude o gesto destas criaturas que miseravelmente expostas às agruras e aos perigos que oferecem o serviço de uma pedreira, sentem-se, ainda e mais, esbulhadas, despojadas ousadamente do mais sagrado e imprescindível de todos os direitos — o direito de viver, pois que essa Companhia de Construciones não só deixou de pagar os ordenados aos seus operários como ainda, completando a sua sentença de morte contra o nosso trabalhador, suspendeu o mínguado fornecimento de gêneros alimentícios, fornecimento êste que exculpava a existência em Capão do Leão de um autêntico e contínuo assalto à bolsa mutilada dos graniteiros, a que se convencionou chamar Cooperativa, e que vendia a preços extorsivos e asfixiantes os raríssimos gêneros alimentícios de que dispunha. Organização mercantil, cujos métodos de negócio depõem contra os mais elementares princípios do cooperativismo,

“essa manifestação do espírito associativo” na frase do brilhante Deputado Sr. Alberto de Brito...

O Sr. Alberto de Brito — Muito obrigado a V. Ex.

O Sr. Carlos Santos — ...no seu magistral trabalho a “Questão Social e a República dos Sovietes”, e que “surgiu da consciência que têm os fracos da necessidade de defesa comum, para libertá-los do pesado tributo que devem pagar à “numerosa família dos intermediários parasitas”, desalinhada cortina escondendo explorações revoltantes, a Cooperativa a que me referí, há muito tempo dessortida, deficientemente servia aos operários das pedreiras o que não impedia aos Diretores da Construcções indiretamente retomarem os minguados vintens dos graniteiros com o sistema repugnante de vales que, fornecidos pela Companhia, fora da Cooperativa sofriam o desconto de 50 %.

O Sr. Alberto de Brito — Apoiado.

O Sr. Carlos Santos — Quanto aos subterfúgios com que se escuda a Companhia para negar o pagamento dos salários dos seus empregados, melhor do que eu há de dizê-lo a carta que passarei a ler, dirigida ao jornal “Opinião Pública”, de Pelotas, pela direção da União Sindical dali:

“Pelotas, 11 de novembro de 1936. — Snr. Diretor d’“A Opinião Pública” — “Afim-de evitar explorações tendenciosas em tórno do movimento grevista de nossos companheiros graniteiros”, empregados nas pedreiras da Companhia Americana de Construciones y Pavimentos, comunicamos a V. S. o seguinte: — “Não é exato que caiba qualquer responsabilidade ao Govêrno do Estado no caso da falta de pagamento dos salários de nossos referidos companheiros”. Não passa de um pretêsto sem fundamento a alegação de que os pagamentos não são efetuados pontualmente, porque o Govêrno do Estado não paga em dia o fornecimento de material que a Companhia faz e que se destina à conservação dos molhes da barra do Rio-Grande. O que há, e que já obrigou os nossos

companheiros a paralisarem seus trabalhos três vezes é que a Companhia não possui meios para saldar seus compromissos com os empregados.

O Sr. Alberto de Brito — E' uma grande verdade o que dizem estes nobres operários.

O Sr. Carlos Santos — Agradeço o apôio que V. Ex. traz ao meu modesto discurso.

(Continuando) — Isto não aconteceu uma vez só. Portanto, o que resulta é que a Companhia não está em condições de tomar compromissos com empregados, pois não possui recursos financeiros. Se vende suas mercadorias a prazo, é claro que não cabe aos compradores a responsabilidade decorrente dos salários que a Companhia deve pagar imediatamente após a prestação de serviços.

Para tal a Companhia deve ter reservas financeiras, enfim, um capital que permita suas negociações a prazo, sem que pretenda responsabilizar os compradores. No caso, tanto mais condenável é essa alegação, quanto se verifica que há um intuito velado de atirar à malquerença dos trabalhadores o govêrno do Estado que, como comprador, paga dentro do prazo contratado.

O Sr. Alberto de Brito — E' isso mesmo.

O Sr. Carlos Santos — Parece-nos até que tal alegação contém uma injúria ao govêrno, porquanto insinua que êste não cumpre em dia as suas obrigações. Cremos haver esclarecido bem o que há de verdade e pedimos a V. S. a fineza de tornar público que a responsabilidade da situação de miséria em que estão os trabalhadores é da Companhia que não paga o que lhes deve no prazo devido. Gratos pela atenção que esta vos merecer, apresentamos saudações proletárias, pela União Sindical Pelotense. — (a) **João Gregório Vaz**, Vice-presidente, em exercício da União Sindical."

Devo ainda, Srs. Representantes, referir-me à recente estadia nesta Capital, de um emissário especial da União Sindical de Pelotas, emissário êsse que, após se

avistar com S. Ex., o Sr. Governador do Estado e com o meu nobre patricio e amigo Dr. Cândido Carrion, digno Inspetor Regional do Trabalho, não só conseguiu a ida do funcionário digno que é o também meu distinto amigo Dr. Pedro Vergara, como representante especial da Inspeção Regional para tratar do assunto, como conseguiu ainda que o Govêrno do Estado mandasse ao Capão do Leão, como seus representantes especiais os ilustres engenheiros Drs. Beno Hoffmann e Teles de Miranda, providências essas que eu me sinto bem em trazê-las ao conhecimento de VV. EEx. Srs. Deputados, pela insignificante parcela que me coube na sua realização.

A imprensa de Pelotas tem amplamente tratado dêste assunto que tão fortemente depõe contra o bom nome da Emprêsa Argentina que explora as pedreiras do Capão do Leão.

O jornal "A Tarde" entre outras coisas disse o seguinte:

"E' esta a terceira vez, em curto espaço de tempo, que os graniteiros erguem sem resultados práticos, o seu justo protesto contra a atitudo deshumana da Companhia Americana de Pavimentos y Construciones.

Essa emprêsa vem, desde muito, tornando insupportável a vida dos operários no Capão do Leão.

Não só deixa de pagar-lhes os salários sob a alegação de falta de verba, como joga-os à mais extrema miséria negando-lhes o fornecimento de gêneros alimentícios.

A companhia mantém um armazém de fornecimentos, sob o batismo de Cooperativa.

O referido armazém além de nunca achar-se convenientemente sortido, cobra preços verdadeiramente extorsivos pelos raros gêneros de primeira necessidade que fornece.

Mesmo assim os graniteiros, sempre na esperança de melhores dias, vinham suportando resignadamente a dolorosa situação.

A deshumanidade da companhia chegou, entretanto, ao extremo: nem dinheiro, nem gêneros alimentícios.

E os desditosos operários viram então a fome invadir-lhes os lares e resolveram, dando brilhante exemplo de respeito à ordem, abandonar o trabalho em sinal de protesto.

Cenas verdadeiramente confrangedoras, espetáculos que a palavra não descreve, estão se desenrolando no interior de dezenas de lares, onde outrora imperou a fartura garantida pelos rijos músculos do graniteiro heróico.

São centenas de crianças a pedir pão e cujo grito angustioso não encontra eco.

E' o operário inativo por fôrça das circunstâncias que cabisbaixo e vencido, assiste à derrocada da felicidade do seu lar.

O Sr. Fai de Azevedo — V. Ex. dá licença para um àparte?

O Sr. Carlos Santos — Pois não. Com muito prazer.

O Sr. Fai de Azevedo — Isso prova que no Brasil muito se precisa fazer em matéria de justiça social.

O Sr. Simões Lopes Filho — S. Ex., o Prefeito de Pelotas, tem procurado minorar a situação dêsses operários.

O Sr. Carlos Santos — A-pesar-de tudo isso, que não neguei, êles se encontram nessa situação dolorosa, a que faço alusão.

O Sr. Alberto de Brito — O que é preciso é evitar a exploração do nosso operário pelo capital estrangeiro.

O Sr. Júlio Diogo — Muito bem.

O Sr. Carlos Santos (continuando) — E enquanto isso se passa, os dirigentes da Companhia Americana de Construciones y Pavimentos ficam indiferentes à sorte dêsses desventurados operários.

Essa situação, porém, não pode continuar, nem admite mais os paliativos em casos idênticos, já empregados.

“A Opinião Pública” assim se expressa, sôbre a dolorosa situação dos graniteiros.

Convidados pelo representante do Ministério do Trabalho, a comparecerem à reunião, realizada na sede da União Sindical, afim-de saldarem o crédito dos operários da Empresa Americana de Construções e Pavimentos, os dirigentes dessa empresa, lá não compareceram, desatendendo ao convite.

A comissão de vereadores, composta dos Srs. Dr. Joaquim Duval, Carlos Minuto, Adolfo Fetter e Camilo Gomes Pires, esteve, ontem, no Capão do Leão, estudando, "in loco", a questão que determinou a greve dos graniteiros.

Os referidos vereadores primeiramente estiveram no escritório da Companhia onde ouviram o Sr. Bergoglio, gerente da empresa. Em seguida, visitaram os trabalhadores, que estavam reunidos na sede do Sindicato. Sabemos que os dignos representantes do povo verificaram a triste situação dos empregados daquela Companhia, confirmando-se tudo quanto a União Sindical lhes havia comunicado em sua petição de auxílio às vítimas da desumana atitude da Companhia. Foi constatado que os graniteiros estão passando fome, e tanto é assim que imediatamente após seu regresso à cidade, os aludidos vereadores tomaram providências junto aos demais companheiros da Câmara, por ocasião da reunião de ontem à noite. Tratando-se de um caso urgente, foi, então, deliberado que hoje, às primeiras horas, seguisse para Capão do Leão o primeiro auxílio que a Prefeitura pudesse organizar em víveres para atender aos trabalhadores necessitados.

Sabemos que o prefeito municipal acompanhado do Sr. Camilo Gomes Pires, designado pela Câmara Municipal, deveria ir hoje até aquela localidade, onde assistiriam à distribuição dos víveres aos trabalhadores e suas famílias.

Hoje reunir-se-á a Câmara Municipal, às 20 horas, quando votará o crédito para o definitivo auxílio a ser prestado aos trabalhadores, por intermédio da União Sin-

dical, que o solicitou e que vê, assim, a sua humanitária ação amparada pelos poderes públicos, para cujo fim a referida União acaba de prestar novos esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal, na carta que abaixo publicamos.

E do “Diário de Notícias” desta capital, do dia 8 do corrente, destaca-se êsse trecho:

— A greve dos trabalhadores da pedreira do Capão do Leão, iniciada há mais de um mês, vem tomando, nestes últimos dias, um aspecto todo especial, assumindo o caráter de verdadeiro flagelo. Com efeito, há muitos dias que a Cooperativa para fornecimento do pessoal da Companhia Americana de Construções e Pavimentos, S/A., não possui nem mais um quilo de gênero alimentício, colocando os trabalhadores e suas famílias numa situação verdadeiramente constrangedora, pois, sem dinheiro para adquirir comida, os operários viram-se, do dia para a noite, acossados pela fome. Nesse interim, sem que as partes houvessem acordado qualquer entendimento, fêz-se sentir a intervenção dos poderes públicos municipais, ao mesmo tempo que a União Sindical, organização central dos operários da pedreira, lançava um veemente apêlo ao povo pelotense, no sentido dêste auxiliar os seus associados. Êsse apêlo alcançou grande sucesso, tendo calado bem fundo nos corações generosos dos pelotenses. Dessa forma, tem sido possível minorar a calamitosa situação das mulheres e crianças, que são em número elevado. Entretanto, a-pesar-de todos os esforços empregados, as partes em litígio não chegaram ainda a um entendimento capaz de pôr têrmo ao litígio, enquanto que a situação dos operários e suas famílias agrava-se cada vez mais, ameaçando tornar-se um flagelo.

A reportagem do “Diário de Notícias” teve ocasião de visitar a pedreira, cujos operários estão em greve, averiguando “in loco” a aflitiva situação de centenas de mulheres e crianças, já muito mal alimentadas, conforme se nota na fisionomia delas e ameaçadas de imediata fome,

caso não haja intervenção direta de quem de direito, para pôr termo ao incidente.

Falando com o Sr. Vítor J. Bergoglio, diretor da Companhia Americana de Construções e Pavimentos S/A., S. S. nos declarou que, tendo exgotado tôdas as reservas de que dispõe para solucionar o impasse, e como não lhe fôsse possível obter a concordância dos trabalhadores, resolveu entregar ao Estado a liquidação da pendência. Por êsse motivo, depende da ação do Executivo Estadual, a maior ou menor duração da greve. O Sr. Manuel Bueno, operário da pedreira e representante autorizado dos seus colegas, nos declarou que o motivo da greve foi a falta de gêneros de primeira necessidade, na Cooperativa da pedreira. Sem comida, adiantou-nos êle, não é possível a ninguém trabalhar.

— Se a Companhia não tivesse deixado faltar alimentação — acrescentou — para nós e nossas famílias, nada disso se teria dado, pois não somos muito exigentes. Queremos apenas o indispensável para a nossa subsistência e a de nossos filhos”. Finalizando, o Sr. Bueno disse-nos que os operários concordam plenamente com a intervenção direta do poder estadual, para pôr fim ao litígio, mas lembrou que isso deveria ser feito com muita rapidez, pois do contrário ver-se-iam numa situação das piores possíveis.

Srs. Deputados, creio não serem necessarios maiores detalhes para que V. V. Exas, tenham a exata noção do verdadeiro martírio que estão sofrendo no Capão do Leão, êsses bravos companheiros meus, que coagidos pela fome abandonaram o trabalho.

Snr. Presidente, trazendo a êste plenário tão dolorosa quão revoltante questão, duplo é o motivo que me impele fazê-lo, primeiro é hipotecar, como de fato o faço desta tribuna, a minha mais profunda, intensa e sincera solidariedade aos valorosos graniteiros do Capão do Leão neste instante difícil que êles estão vivendo, tão grandes e nobres na sua triste odisséia como imensos e incompa-

— 188 —

ráveis no seu infortúnio. A minha solidariedade a êsse punhado de homens que pela independência de caráter manifestada, pela elevação com que se vem mantendo e pela firmeza de atitudes são bem uma viva incarnação dêste Atlante vigoroso da grandeza e da prosperidade da Pátria Brasileira, o proletariado nacional...

O Sr. Alberto de Brito — Muito bem.

O Sr. Carlos Santos — ... a quem Clodoveu d'Oliveira, chamou de paciente, tenaz e sóbrio, mas altivo, extraordinariamente altivo, cioso ao extremo de sua dignidade pessoal. Trabalhador que não tem a avidez do ganho, nem a preocupação ferrenha de acumular, de enriquecer, que coloca a sua liberdade acima de seus interesses, de seu conforto e do seu bem estar. E o outro motivo, Snrs. Deputados, que me traz a essa tribuna é lançar, como trabalhador que sou, o meu mais veemente protesto contra a forma pouco recomendável com que vem agindo a Companhia Americana de Pavimentos y Construcciones, no Capão do Leão. Companhia essa que como tôdas as demais, cercada do respeito e consideração e acatamento, que fazem do Brasil a terra da promessa, companhia que não corresponde a êsse respeito e a êsse acatamento.

O Sr. Alberto de Brito — E' isso mesmo, muito bem.

O Sr. Carlos Santos — ... que não paga aos seus operários, não tem crédito para sortir o seu armazém e que porisso se ergue, neste momento, em que o assunto número um é o combate aos extremismos, é a defesa do regime e da Democracia, se ergue, repito, como uma fonte exuberante de justificada revolta de um punhado de ordeiros trabalhadores patrícios, que tem mulher, que tem filhos e que amanhã quando num deslocamento o cérebro baixar ao estômago, na ausência de uma outra tábua de salvação em que se possam segurar, a Companhia, podem muito bem, ser e não será surpresa se o forem miseravelmente acusados de comunistas. (Muito bem. Muito bem. Palmas no recinto, tribunas e galerias).